
RESOLUÇÃO CAS Nº 32/2010

**DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DO PROJETO
PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO DAS
FACULDADES INTEGRADAS MACHADO DE
ASSIS – FEM.A.**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR,
face ao disposto no Artigo 5º do Regimento
Unificado das Faculdades Integradas Machado de
Assis, credenciada pela Portaria Ministerial nº 833
de 27/04/2001, publicado no Diário Oficial da União
de 30 de abril de 2001e,

- **Em atenção** às considerações da Coordenadoria do Curso de Direito como segue: a) O dever de “coordenar a elaboração e sistematização das ementas, bibliografia de apoio e programas de ensino das disciplinas do currículo pleno do curso (...)”, previsto no Regimento Unificados das Faculdades Integradas Machado de Assis, art. 17, VII; b) A necessidade de constante atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Direito, sem que isso implique em descaracterização do Projeto Pedagógico; c) As decisões tomadas pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito (ata 102/2010) que buscam a melhora científica e pedagógica do Curso de Direito;

- **Considerando** Ata 108/2010 de 10 dezembro de 2010, do Conselho de Administração Superior – CAS, baixa a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º – Aprova as **ALTERAÇÕES DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO** das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEM.A, compreendendo o seguinte:

- I – atualização de ementas das disciplinas do 10º semestre;
- II – atualização de bibliografia das disciplinas do 10º semestre
- III – criação do componente curricular eletivo de Direito Municipal e Urbanístico;

Art. 2º – As ementas e bibliografias, apenas por cópia, são parte integrante desta resolução;

Art. 3º – Eventuais correções de ortografia ou de coesão textual integram também esta resolução.

Art. 4º – As mudanças aprovadas serão compiladas em uma versão atualizada do Projeto Pedagógico de Curso, acrescidos dos elementos técnico-estruturais.

Art. 5º – Esta Resolução entrará em vigor na presente data, revogadas todas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Santa Rosa, RS, 10 de dezembro de 2010.

Prof. Adm. ANTONIO ROBERTO LAUSMANN TERNES
Presidente do Conselho de Administração Superior
Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA
Mantida pela Fundação Educacional Machado de Assis

EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS DAS DISCIPLINAS DO 10º SEMESTRE DO CURSO DE DIREITO ALTERADAS PELA RESOLUÇÃO CAS Nº32/2010, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010.

Per.	N.º	Código	Disciplina	Créd.	H/A	Pré-Requisitos
10	52	DIR51052	Direito Internacional Privado	2	40	DIR4840
EMENTA						
Estrutura das normas de direito internacional privado. Preceitos básicos. Interpretação das normas de direito internacional privado. Reenvio. Direito processual civil internacional.						
REFERÊNCIAS BÁSICAS						
DOLINGER, Jacob. Direito internacional privado : parte geral. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.						
RECHSTEINER, Beat Walter. Direito internacional privado . São Paulo: Saraiva, 2010.						
BASSO, Maristela. Direito Internacional Privado . Atlas, 2009.						
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES						
ARAUJO, Nádía de. Contratos internacionais . Renovar, 2008.						
_____. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira . 2008						
DOLINGER, Jacob. Contratos e obrigações no Direito Internacional Privado . Renovar, 2007.						
DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmen. Direito Internacional Privado: arbitragem comercial internacional . Renovar, 2003.						

Per.	N.º	Código	Disciplina	Créd.	H/A	Pré-Requisitos
10	53	DIR51053	Direito do Consumidor	2	40	
EMENTA						
<p>Histórico das relações de consumo e do direito a elas pertinente. Direito constitucional do consumidor. As regras que norteiam as relações de consumo. Técnica legislativa dos conceitos jurídicos indeterminados e das cláusulas gerais no Código de Defesa do Consumidor. Princípios. Aplicação subsidiária do Código Civil e de outras fontes normativas. Importância da Tutela Geral do Consumidor. Fontes do direito do consumidor. Aplicação da equidade no sistema do Código de Defesa do Consumidor. Relação jurídica de consumo. Política nacional de relações de consumo. Direitos Básicos do Consumidor. Responsabilidade Civil no Código de Defesa do Consumidor. Decadência e Prescrição na relação de consumo. Contratação no Código de Defesa do Consumidor.</p>						
REFERÊNCIAS BÁSICAS						
<p>CUNHA, Belinda Pereira da. Direito do Consumidor. Coleção Roteiros Jurídicos. 3 ed. Saraiva, 2010.</p> <p>MARQUES, Cláudia Lima; BESSA, Leonardo R; BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos. Manual de direito do consumidor. 3 ed. RT, 2010.</p> <p>NUNES, Rizzato. Curso de Direito do Consumidor. 5 ed. Saraiva, 2010.</p>						
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES						
<p>ARAÚJO FILHO, Luiz Paulo da Silva. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 2 ed. Saraiva, 2009.</p> <p>MASSO, Fabiano Del. Curso de Direito do Consumidor. Editora Campus, 2010.</p> <p>NUNES, Rizzato. Comentário ao Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Saraiva, 2010.</p>						

Per.	N.º	Código	Disciplina	Créd.	H/A	Pré-Requisitos
10	51	DIR51051	Direito Agrário	2	40	
EMENTA						
<p>A propriedade e sua função social. A reforma agrária no contexto jurídico Constitucional brasileiro. Definição. Conceitos e história. Função social da propriedade rural. Direito Agrário brasileiro. Estatuto da terra. Módulo rural. Propriedade Rural. Questões processuais pertinentes. Contratos agrários e seus aspectos gerais. Formas de contratos. Arrendamento rural. Parceria Rural. Prescrição aquisitiva da terra. Políticas agrárias (agro-negócio e agricultura familiar). Questões ambientais.</p>						
REFERÊNCIAS BÁSICAS						
<p>BARROS, Wellington Pacheco. Curso de direito agrário. Porto Alegre: Livraria do Advogado, vol. 1 e 2.</p> <p>MARQUES, Benedito Ferreira. Direito Agrário Brasileiro. 8 ed. Atlas, 2009.</p> <p>OPTIZ, Silvia C. B. Curso completo de direito agrário. 4 ed. Saraiva, 2010.</p>						
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES						
<p>HIRONAKA. Giselda Maria Fernandes Novaes. Atividade Agrária e Proteção Ambiental: uma Simbiose Possível. São Paulo: Cultural Paulista, 1997.</p> <p>BORGES, Antonio Moura. Curso Completo de Direito Agrário. Edijur, 2009.</p> <p>MARQUES JUNIOR, William Paiva. Direito Agrário. Atlas, 2010.</p>						

Per.	N.º	Código	Disciplina	Créd.	H/A	Pré-Requisitos
10	54	DIR51054	Direito Tributário	4	80	DIR5948
EMENTA						
Direito Tributário: conceito, objeto, fontes , vigência, aplicação , interpretação e integração da legislação. Obrigação tributária. Crédito Tributário. Sistema Constitucional Tributário. Espécies de Tributos : Tributos Federais, Estaduais e Municipais. O SIMPLES. Administração Tributária. Processo Tributário.						
REFERÊNCIAS BÁSICAS						
BALEEIRO, Aliomar; DERZI, Misabel de Abreu Machado. Direito Tributário Brasileiro . 11ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.						
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário . 31ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2010.						
PAULSEN, Leandro e MELO, José Eduardo Soares de. Impostos: Federais, Estaduais e Municipais . 5ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.						
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES						
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário . 22ª Ed. Saraiva: São Paulo, 2010.						
MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Processo Tributário . 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.						
SABBAG, Eduardo de Moraes. Manual de Direito Tributário . 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.						

Per.	N.º	Código	Disciplina	Créd.	H/A	Pré-Requisitos
10	56	DIR51056	Ética Geral e Profissional	04	80	
EMENTA						
<p>Especificidade da ética: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Ética e moral. Evolução histórica e clássicos do pensamento ético. A questão da ética hoje. Bioética. Ética e Direito. Fundamentos filosóficos da Ética Deontológica Jurídica; Código de Ética dos Advogados. Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil: estudos e comentários. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. Procedimentos: práticos da profissão; contrato de prestação de serviços advocatícios, honorários. .Relacionamento profissional com as autoridades constituídas, com os colegas e partes.</p>						
REFERÊNCIAS BÁSICAS						
<p>BITTAR, Eduardo C. B. Curso de Ética Jurídica - Ética Geral e Profissional. São Paulo: Saraiva, 2010</p> <p>LÔBO, Paulo Luiz Netto. Comentários ao Estatuto da Advocacia. Brasília: Saraiva, 2009.</p> <p>ARISTÓTELES. A Ética. Edipro, 2003.</p>						
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES						
<p>NALINI, José Renato. Filosofia e ética jurídica. Editora RT, 2008.</p> <p>ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: Martin Claret, 2001.</p> <p>SANCHES VASQUES, ADOLFO. Filosofia. Civilização Brasileira, 2008.</p>						

Per.	N.º	Código	Disciplina	Créd.	H/A	Pré-Requisitos
10	55	DIR51055	Direito Comunitário	2	40	DIR4840
EMENTA						
<p>O processo de integração regional e o constitucionalismo parcial. A Europa e os processos de integração. A instituição da União Européia e o Direito Comunitário. O Direito da União Européia e sua relação com os ordenamentos nacionais dos Estados-membros. A ordem econômica da União Européia. A América e os processos de integração regional. O Mercado Comum do Sul - Mercosul. As relações entre o Mercosul e a União Européia. Outros processos de integração econômica.</p>						
REFERÊNCIAS BÁSICAS						
<p>BORGES, José Souto Maior. Curso de Direito Comunitário. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>BARBOSA, Rubens Antônio. MERCOSUL e a Integração Regional. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.</p> <p>VENTURA, Deisy. As assimetrias entre o MERCOSUL e a União Européia: os desafios de uma integração interregional. Manole: Barueri, 2003.</p>						
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES						
<p>GOMES, Eduardo Biacchi. Blocos Econômicos – Solução de Controvérsias. Uma análise comparativa a partir da União Européia e do MERCOSUL. 3.ed. ver. e atual. Curitiba: Juruá, 2010.</p> <p>OCAMPO, Raul Enriques Granillo. Direito Internacional Público da Integração. Rio de Janeiro: Campus, 2009.</p> <p>TRINDADE, Otávio A. D. Cançado. O Mercosul no Direito Brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.</p>						

ELET	N.º	Código	Disciplina	Créd.	H/A	Pré-Requisitos
	15	DIR0015	Direito Municipal e Urbanístico	2	40	
EMENTA						
O Município da Constituição de 1988: competências e repartição de receitas. Poder Legislativo Municipal: processo legislativo e controle externo. Poder Executivo Municipal: atribuições e princípios informativos. Aspectos políticos e dogmáticos do urbanismo no Brasil: o estatuto da Cidade.						
REFERÊNCIAS BÁSICAS						
BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional . 11. Ed. São Paulo: Malheiros, 2003. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquemático . São Paulo: Saraiva, 2008. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional . São Paulo: Atlas, 2008. SCORTEGAGNA, Fernando; COSTA, Marli da.; HERMANY, Ricardo (org.). Espaço Local, Cidadania e Políticas Públicas . Santa Cruz: Editora IPR, 2010, v. 1 e 2.						
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES						
BONAVIDES, Paulo. Teoria Constitucional da Democracia Participativa . São Paulo: Malheiros, 2001. DANTAS, Ivo. O Valor da Constituição : do controle de constitucionalidade como garantia da supremacia constitucional. Editora Renovar, 2001. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional . 27. Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.						